

**HABEAS CORPUS Nº 515.293 - SC (2019/0167707-2)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**RENATA MOURA TUPINAMBÁ - RJ196895**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : CESAR BIGATON DE ALMEIDA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **CESAR BIGATON DE ALMEIDA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

O Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Joinville (SC) deferiu o pedido de prisão domiciliar ao apenado, que cumpre pena em regime semiaberto, por entender que sua manutenção na Penitenciária Industrial de Joinville violaria o conteúdo do Enunciado da súmula vinculante n. 56.

O Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução no Tribunal de origem, que lhe deu provimento, nos do acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 273):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO QUE CONCEDEU AO APENADO O DIREITO DE SAÍDA ANTECIPADA, EM REGIME DOMICILIAR. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ALEGADA POSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA PENA EM REGIME SEMIABERTO NA PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE JOINVILLE. SUBSISTÊNCIA. PENITENCIÁRIA QUE CONTÉM ESPAÇO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AOS PRESOS EM REGIME SEMIABERTO. ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE ESTABELECIMENTO PENAL SIMILAR (ARTS. 91 DA LEP E 33, § 1º, "B", DO CP). OBSERVÂNCIA ÀS DIRETRIZES FIXADAS NO JULGAMENTO DO RE N. 641.320/RS. BENEFÍCIOS INERENTES AO REGIME INTERMEDIÁRIO ASSEGURADOS AO APENADO. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO"

Neste *writ*, o impetrante alega que deve ser reconhecido o direito do paciente ao cumprimento da pena em prisão domiciliar enquanto não houver disponibilidade de vagas no sistema carcerário estadual para o regime semiaberto.

Sustenta que "o Magistrado de primeiro grau, que lida diariamente com a execução penal de Joinville e faz visitas periódicas ao estabelecimento prisional, reconheceu a inadequação do Presídio Regional de Joinville e da Penitenciária Industrial de Joinville para o cumprimento de pena do regime semiaberto. E, tendo em vista sua maior proximidade com os fatos, há de se presumir que ele reúne maiores condições de aferir a ilegalidade suportada pelo PACIENTE, razão pela qual o restabelecimento da decisão de primeiro grau se mostra prudente" (e-STJ, fl. 11).

Requer, em liminar e no mérito, seja concedida a ordem para "colocar o

PACIENTE em regime aberto — ou, na sua falta, mantê-lo em regime domiciliar —, até que surja vaga em estabelecimento adequado ao regime semiaberto..." (e-STJ, fl. 12).

**É o relatório.**

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

A Suprema Corte editou a Súmula Vinculante n. 56, segundo a qual "a falta de vagas em estabelecimento prisional não autoriza a manutenção do preso em regime mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros do RE 641.320/RS".

Os parâmetros mencionados na citada súmula são: a) a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso; b) os Juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para verificar se são adequados a tais regimes, sendo aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como colônia agrícola, industrial (regime semiaberto), casa de albergado ou estabelecimento adequado – regime aberto – (art. 33, § 1º, alíneas "b" e "c"); c) no caso de haver déficit de vagas, deverão determinar: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao preso que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto; e d) até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado.

Sobre o tema, a Terceira Seção do STJ, no julgamento do REsp n. 1.710.674/MG, sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 993), da relatoria do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, por decisão unânime, fixou a seguinte tese:

"A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante n. 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE n. 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto."

No caso em apreço, o Magistrado de primeiro grau autorizou a saída antecipada do regime semiaberto para a prisão domiciliar, de forma excepcional, mediante monitoramento eletrônico do reeducando com base nos seguintes fundamentos:

"Registre-se que na data de 3.8.2016 este Juízo realizou inspeção na

Penitenciária Industrial de Joinville, na ala intitulada "semiaberto", onde se concluiu da seguinte forma, in verbis: "Diante do exposto, nesta data confirmou este Juízo que a ala intitulada "semiaberto" segue os moldes do regime fechado da Penitenciária, com murada, grades, arames farpados e segurança externa, sendo a única diferença que as portas dos cubículos não são trancadas durante o dia, tendo os detentos acesso aos outros cubículos, todos concentrados porém no corredor, úmido e sem ventilador. Ficam eles recolhidos, fechados, na galeria, margeados por muros e grades, repita-se: nos mesmos moldes do regime fechado. No momento da inspeção estavam no setor cerca de 100 detentos e muitos pediam por trabalho, estudo ou que voltassem ao regime fechado, onde teriam essas possibilidades. Assim, constata-se que a ala inspecionada não se enquadra em absoluto nos termos legais de "Colônia Agrícola, Industrial" ou sequer similar". Além disso, em 13 de abril de 2017, nos autos n. 0005260-08.2017.8.24.0038, este Juízo realizou inspeção em todos os setores do Presídio Regional de Joinville, para fins de verificação da possibilidade de interdição, e constatou, em síntese, o seguinte: "O Presídio Regional de Joinville divide-se em 5 (cinco) pavilhões, sendo que o Pavilhão 2 está desativado, aguardando demolição. Os Pavilhões 1 e 3 são destinados, em tese, a detentos sem vínculo com facção. O Pavilhão 1 ainda conta com ala feminina. O Pavilhão 4 está lotado com detentos do Primeiro Grupo Catarinense (PGC) e Primeiro Comando da Capital (PCC), ao passo que o Pavilhão 5 com detentos que pertencem ao Primeiro Grupo Catarinense (PGC). Em todas as celas das galerias o problema da superlotação é relatado e foi constatado por este magistrado presencialmente. Colchões não cabem sequer no chão. Outra intercorrência comum é o esgoto não canalizado, com ausência de saneamento em todos os pavilhões. Há esgoto a céu aberto passando por fora das celas. Quando alguma roupa ou objeto do detento cai para fora da cela, ocorre o entupimento do ralo, acentuando o odor e o acúmulo de detritos, o que foi verificado presencialmente durante a inspeção. Além do mais, o sistema sanitário ("boi") vaza para o interior das celas, salientando-se que o material de limpeza é escasso senão raro.

Não há sistema de fornecimento de alimentação adequado, pois há falta de alimentação suficiente, bem como as marmitas aguardam fora da cela no chão, às vezes ficando no meio da água da chuva e do esgoto. Em anexo os autos das inspeções.

Outrossim, ressalto que situação na Penitenciária Industrial de Joinville permanece idêntica aquela encontrada durante inspeção, conforme ofício em anexo.

Cumprido salientar, por fim, que em 20 de novembro de 2017 a Penitenciária Industrial de Joinville informou ter atingido a lotação máxima da ala intitulada "semiaberto", bem como que, em havendo alguma vaga, será ela disponibilizada a detento da própria Penitenciária. Além do mais, o Presídio Regional de Joinville noticiou a este Juízo, em 24 de novembro de 2017, que há inúmeros detentos lá cumprindo pena em regime semiaberto (conforme ofício em anexo). Assim sendo, concluiu este Juízo que na Comarca de Joinville, quer

seja no Presídio Regional ou na Penitenciária Industrial, não existe estabelecimento prisional adequado ao cumprimento da pena no regime semiaberto" (e-STJ, fls. 195-196)

O Tribunal *a quo*, por sua vez, deu provimento ao agravo interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, asseverando que (e-STJ, fls. 273-281):

"Nota-se que o Complexo Penitenciário de Joinville, mormente a Penitenciária Industrial – na qual o apenado estava alocado (fl. 139 dos autos de origem) -, possui ala específica para a modalidade do regime semiaberto, construída especialmente para tal finalidade (fl. 85). Além disso, observa-se que, no aludido estabelecimento prisional, os detentos, os quais cumprem pena em regimes distintos, são mantidos separados (fl. 87), bem como que os apenados possuem assistência à saúde, recursos humanos, assistência material, educacional, social, religiosa e jurídica (fls. 88-98).

Ou seja, é possível concluir que o ergástulo em questão busca a efetiva reintegração dos reeducandos ao convívio social, atendendo, de forma satisfatória, as determinações legais e as diretrizes estabelecidas no julgamento do RE n. 641.320/RS, de modo que não configura ilegalidade o cumprimento da pena de sentenciados ao semiaberto na Penitenciária Industrial de Joinville, visto que são observadas as garantias inerentes ao regime da condenação.

A propósito, como bem pontuado pelo Ministério Público, nas razões recursais à fl. 10:

Ocorre, porém, que na Penitenciária Industrial de Joinville, a ala específica para modalidade do regime semiaberto foi implementada após a consolidação do regime fechado, sendo formalizada por força do Contrato n.

093/GELIC/SJC/2015 (cópia anexa) e de seus posteriores aditivos. O ambiente foi especialmente construído para tal finalidade (cumprindo-se todos os requisitos do edital licitatório), em estrutura anexa ao prédio destinado ao regime fechado, sendo atendida pelos serviços médicos, jurídicos, psicológicos, farmacêuticos e assistenciais da ala principal (vide lotação de pessoal constante do item 2.2 do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato n. 262/SJC/2012).

No espaço, por tratar-se de cumprimento de pena em regime intermediário, tem-se, em conformidade com a Lei de Execuções Penais, menor vigilância, conforme Cláusula Segunda, item 2.2, do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n. 093/SJC/2015 (cópia anexa), pelo qual o controle interno é exercido por apenas 12 (doze) agentes. Dessa feita, errôneo afirmar que, quanto ao rigor da execução da pena, as alas de ambos os regimes seriam iguais.

Tampouco a existência de muros, grades ou arames farpados na edificação descaracterizam, por inteiro, a adequação do estabelecimento ao cumprimento da pena no regime intermediário, até porque inexistente qualquer previsão legal nesse sentido. Aliás, destaca-se da Lei n. 7.210/1984:

(...).

Portanto, imperiosa a reforma do decisum em questão, a fim de que o apenado retome o cumprimento da pena na Penitenciária Industrial de Joinville."

Consoante se verifica, os fundamentos utilizados pelo aresto recorrido não se mostram suficientes para alterar o entendimento manifestado pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Joinville (SC), que vistoriou e atestou a inadequação da Penitenciária Industrial de Joinville para o cumprimento de pena do regime semiaberto.

Nesse contexto, verifica-se a existência de situação excepcional que justifica a concessão da prisão domiciliar pleiteada.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Entretanto, **concedo** a ordem, de ofício, para o fim de restabelecer a decisão do Magistrado de primeiro grau, que concedeu ao paciente o regime domiciliar monitorado por tornozeleira eletrônica até o surgimento de vaga em estabelecimento adequado ao regime semiaberto.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator

